



Tribunal de Contas do Estado do Tocantins  
Sistema Integrado de Controle e Auditoria Pública  
Análise Conclusiva do Controle Interno

**ARRAIAS - PREFEITURA MUNICIPAL**

**861.280.431-00 - ALESSANDRO ABREU LOPES**

**Período Referência: 2012/2**

**Entrega de dados: 30/05/2012 17:01:15 - Tempestivo**

**Possui Regime Próprio de Previdência Social - RPPS?**

**Não**

**Lei de Instituição do Controle Interno:**

**654/2002 30/12/2002**

**Possui entidade da Administração Pública Indireta?**

**Não**

## **Orçamento**

1) Houve abertura de créditos adicionais?

**Resposta: Sim**

**Comentário: HOUVE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS, CONFORME DECRETOS.**

2) As alterações de saldos apresentadas nos Decretos de abertura de créditos adicionais representam os mesmos valores demonstrados na contabilidade?

**Resposta: Sim**

3) Houve ocorrência de déficit na execução orçamentária?

**Resposta: Não**

4) O orçamento foi superestimado?

**Resposta: Não**

5) Houve inclusão, no orçamento, da verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado (sentenças judiciais), constantes de precatórios apresentados até 1º de julho?

**Resposta: Sim**

6) Houve descrição analítica das atividades dos órgãos e entidades do Poder Executivo e execução de cada um dos programas incluídos no orçamento anual, com indicação das metas físicas e financeiras previstas e das executadas?

**Resposta: Sim**

## **Operações de Crédito**

60) Foram publicados os decretos de contratação de operações de crédito no exercício, mediante leis autorizativas?

**Resposta: Não**

61) Houve realização de operação de crédito?

**Resposta: Não**

62)Qual a modalidade da Operação de Crédito?

**Resposta: Não Houve**

63)Foi ordenado operação de crédito, sem autorização legislativa?

**Resposta: Não**

64)As operações de crédito superaram os limites estabelecidos na Resolução do Senado?

**Resposta: Não**

65)O montante previsto para as receitas de operações de crédito ultrapassou as despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária?

**Resposta: Não**

66)Foi prestado garantia em operação de crédito sem que tenha sido constituída contragarantia em valor igual ou superior?

**Resposta: Não**

67)A ARO foi realizada somente a partir do décimo dia do início do exercício?

**Resposta: Não houve**

68)A ARO foi liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia dez de dezembro do exercício?

**Resposta: Não houve**

## **Pessoal**

69)As contratações de pessoal por tempo determinado são realizadas mediante lei aprovada pela Câmara Municipal?

**Resposta: Sim**

70)Existem pendências de pagamento de precatórios referente ao exercício anterior?

**Resposta: Não**

71)Houve contabilização como dívida do Ente, dos valores correspondentes aos precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento?

**Resposta: Sim**

72)Houve cumprimento do limite legal da despesa com pessoal?

**Resposta: Sim**

73)A Despesa Total com Pessoal atingiu 90% do limite legal?

**Resposta: Não**

74)A Despesa Total com Pessoal excedeu 95% do limite legal?

**Resposta: Não**

75)O Poder Executivo possui Quadro de Pessoal próprio instituído por lei?

**Resposta: Sim**

76)O quantitativo de servidores é compatível com o quadro aprovado?

**Resposta: Sim**

77)Os servidores foram admitidos através de concurso público?

**Resposta: Sim**

78)Os documentos relativos ao concurso público e os atos de nomeação ou admissão foram encaminhados ao Tribunal de Contas para registro?

**Resposta: Sim**

79)Existem servidores contratados por tempo determinado?

**Resposta: Sim**

80)Os contratos estão autorizados por lei específica com motivos devidamente justificados?

**Resposta: Sim**

81)O subsídio do Prefeito obedece ao estabelecido em lei?

**Resposta: Sim**

82)O subsídio do Vice-Prefeito está em conformidade com a legislação pertinente?

**Resposta: Sim**

83)Os subsídios dos secretários guardam consonância ao estabelecido em lei?

**Resposta: Sim**

84)Existe no quadro de pessoal efetivo o cargo de Contador ou Técnico em Contabilidade?

**Resposta: Não**

85)Não existindo no quadro de pessoal efetivo o cargo de Contador ou Técnico em Contabilidade, as despesas da contratação de terceiros para execução desse serviço essencial é computado para fins de limite com pessoal?

**Resposta: Não**

86)Existe no quadro de pessoal efetivo o cargo de Advogado, Procurador, ou similar?

**Resposta: Não**

87)Não existindo no quadro de pessoal efetivo o cargo de Advogado, Procurador, ou similar, as despesas da contratação de terceiros para execução desse serviço essencial é computado para fins de limite com pessoal?

**Resposta: Não**

## **Bens Permanente**

10)Houve receita de alienação de Ativos (bens e direitos)?

**Resposta: Sim**

11)Houve aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente?

**Resposta: Não**

12)Em caso de alienação, doação e outros havia laudo de avaliação, leis autorizativas e justificativas?

**Resposta: Sim**

13)Houve Bens Incorporados e Desincorporados no Patrimônio Municipal?

**Resposta: Sim**

14)O patrimônio municipal está devidamente registrado e controlado (registro dos bens imóveis e tombamento dos móveis), com termo de responsabilidade assinado pelo responsável pela sua guarda e conservação?

**Resposta: Sim**

15)O Poder Executivo possui frota própria de veículos e máquinas?

**Resposta: Sim**

## **Bens em almoxarifado**

7)É realizado o controle de uso e manutenção (gastos com combustíveis, lubrificantes e peças de reposição)?

**Resposta: Sim**

8)O Poder Executivo tem implantado em seus órgãos, a conta Almoarifado, destinada ao registro e controle das aquisições, aplicações e estocagem dos produtos e materiais adquiridos durante o exercício?

**Resposta: Sim**

9)O registro da conta Almoarifado atendeu às técnicas de registros e aos Princípios Fundamentais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público?

**Resposta: Sim**

## **Licitações, Contratos, Convênios, Acordos e Ajuste**

51)Os recursos financeiros oriundos de convênios são movimentados em conta bancária vinculada específica?

**Resposta: Sim**

52)Há análise e manifestação do responsável pelo controle interno em todos os processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, procedimentos licitatórios, contratos, convênios e outros instrumentos congêneres?

**Resposta: Sim**

53)O Poder Executivo possui Comissão Permanente de Licitação regular?

**Resposta: Sim**

54)Todos os processos de compras de materiais e serviços de valor superior ao limite mínimo exigido pela Lei Federal nº 8.666/1993, são submetidos à análise da comissão?

**Resposta: Sim**

55)Em todos os processos de licitação, dispensa e inexigibilidade são obedecidas as normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores?

**Resposta: Sim**

56)O Poder Executivo mantém cadastro atualizado de todos os fornecedores e prestadores de serviços da administração municipal?

**Resposta: Sim**

## **Obras Públicas e Reformas**

57)Existem obras paralisadas?

**Resposta: Não**

58)Existem obras em andamento?

**Resposta: Sim**

**Comentario: CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICAS DO PROGAMA DE APOIO AO MUNICIPIO DE PEQUENO PORTE; CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA COM SEIS SALAS, RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTÇÃO ASFÁLTICA NOS SETORES PARQUE DAS COLINAS, ARNALDO PRIETO E LARANJEIRAS, CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONSTRUÇÃO DE TREZE CASAS POPULARES, RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VISINAIS, SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA.**

59)O Poder Executivo ao enviar o projeto de lei de diretrizes orçamentárias ao legislativo anexou o relatório com as informações das obras em andamento?

**Resposta: Sim**

## **Contabilidade**

16)As disponibilidades constam de registro próprio de modo que recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória estão identificados e escriturados de forma individualizada?

**Resposta: Sim**

17)Houve registro contábil das obrigações do Ente no Passivo Financeiro e Permanente?

**Resposta: Sim**

18) Houve atendimento às técnicas de registros e aos Princípios Fundamentais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público?

**Resposta: Sim**

19) Houve ocorrência de déficit financeiro (passivo financeiro maior que ativo financeiro)?

**Resposta: Sim**

20) O Poder Executivo encaminhou suas contas ao Poder Executivo da União?

**Resposta: Sim**

## **Educação**

29) Foi aplicado o percentual mínimo de 25% da receita proveniente de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino?

**Resposta: Sim**

30) Houve aplicação de pelo menos 60% dos recursos do FUNDEB em remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício?

**Resposta: Sim**

## **Saúde**

92) Houve cumprimento do limite mínimo de 15% em ações e serviços públicos de saúde?

**Resposta: Sim**

## **Lei de Responsabilidade Fiscal**

36) O Poder Executivo demonstrou e avaliou o cumprimento das metas fiscais do quadrimestre/semestre anterior, em audiência pública?

**Resposta: Sim**

37) Onde foi realizada audiência pública?

**Resposta: CÂMARA MUNICIPAL DE ARRAIAS**

38) A audiência foi realizada no prazo estabelecido no art. 9º, § 4º da LRF?

**Resposta: Sim**

39) Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica foram utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação?

**Resposta: Sim**

40) A Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO foi apresentada com os Anexos de Metas e Riscos Fiscais?

**Resposta: Sim**

41) As publicações bimestrais dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO), relativos ao exercício foram efetuadas nos prazos da Lei de Responsabilidade Fiscal LRF e na forma do disposto nas Portarias da STN?

**Resposta: Sim**

42) O envio bimestral do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), relativos ao exercício foi efetuado nos prazos da Lei de Responsabilidade Fiscal LRF e na forma do disposto nas Portarias da STN?

**Resposta: Sim**

43) O Poder Executivo publicou os Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), nos prazos da Lei de Responsabilidade Fiscal LRF e na forma do disposto nas Portarias da STN?

**Resposta: Sim**

44)O Poder Executivo enviou os Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), nos prazos da Lei de Responsabilidade Fiscal LRF e na forma do disposto nas Portarias da STN?

**Resposta: Sim**

45)O Poder Executivo instituiu e cobra todos os impostos e taxas de sua competência conforme disposto no art. 11 da LC nº. 101/2000?

**Resposta: Sim**

46)Ocorreram fatos que requeresse a limitação de empenhos?

**Resposta: Não**

47)Houve limitação de empenhos e movimentação financeira, nos casos estabelecidos em lei art. 9º da LC nº 101/00?

**Resposta: Sim**

48)Houve cumprimento do limite da dívida consolidada?

**Resposta: Sim**

49)Houve inscrição de restos a pagar processados sem disponibilidade financeira, evidenciando desequilíbrio das contas públicas?

**Resposta: Não**

50)O Poder Executivo inscreve na Dívida Ativa os contribuintes inadimplentes com o recolhimento dos impostos devidos e adota as providências para cobrança?

**Resposta: Sim**

## **Financeiro**

31)Os Extratos das contas bancárias foram devidamente conciliados?

**Resposta: Sim**

32)Foi realizada mensalmente a consistência entre a movimentação bancária e os registros contábeis?

**Resposta: Sim**

33)Os Extratos das contas bancárias originais estão arquivados na sede da entidade e conferem com o Termo de Conferência de Saldos?

**Resposta: Sim**

34)Os Repasses das parcelas mensais do duodécimo ao Poder Legislativo estão de acordo com os limites estabelecidos na Constituição Federal e legislação local?

**Resposta: Sim**

35)Houve cumprimento da estrita ordem cronológica das exigibilidades para cada fonte diferenciada de recursos no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras, prestação de serviços e precatórios?

**Resposta: Sim**

## **Despesas**

21)O Poder Executivo estabeleceu a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso?

**Resposta: Sim**

22)A programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso foram estabelecidos pelo Poder Executivo em até trinta dias após a publicação dos orçamentos?

**Resposta: Sim**

23) Houve despesas ordenadas sem a autorização legal?

**Resposta: Não**

24) Todos os processos de realização de despesas são submetidos à verificação e análise do Controle Interno?

**Resposta: Sim**

25) Foi detectada alguma irregularidade ou ilegalidade nos casos analisados?

**Resposta: Não**

26) Houve despesas não empenhas de competência do referente período?

**Resposta: Não**

27) Existe instrumento legal determinando o valor e disciplinando a concessão de diárias?

**Resposta: Sim**

28) Houve ausência de recolhimento, ou recolhimento a menor, da contribuição previdenciária dos servidores à instituição de previdência?

**Resposta: Não**

### **Informações Adicionais**

93) Citar outras irregularidades ou ilegalidades constatadas não descritas no questionário.

**Resposta: NAO FORAM DETECTADAS IRREGULARIDADES QUE AFETEM AO ERARIO.**

94) NOTAS EXPLICATIVAS (justificativas e indicação das providências adotadas quanto às falhas e irregularidades ou ilegalidades constatadas).

**Resposta:**